PODER

Filhos reagem e pedem a punição de Moraes

Flávio Bolsonaro cobra processo de impeachment do ministro, após decretação de prisão domiciliar do pai; Eduardo diz que magistrado é "psicopata". Governistas comemoram decisão

» ISRAEL MEDEIROS

Saulo Cruz/Agência Senado

Flávio disse que caso é um "capítulo triste na história do Brasil" e afirmou que o país estaria em uma "ditadura"

O clã Bolsonaro reagiu com declarações firmes ao mandado de prisão domiciliar contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pivô da decisão de Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que a medida do magistrado é uma espécie de "vingança" por ter sido sancionado pelo governo dos Estados Unidos com base na **Lei Magnitisky**. A sanção foi anunciada na semana passada pela gestão Donald Trump, depois de meses de atuação do deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) junto às autoridades dos EUA contra o Judiciário brasileiro.

"Era tudo o que Moraes queria: se vingar do presidente Bolsonaro. (...) Ele está concretizando mais um desejo seu, mais uma satisfação pessoal sua de colocar em prisão domiciliar a maior referência de todos nós na política do Brasil hoje, numa clara vingança às sanções que ele sofreu da Lei Magnitsky", disparou o parlamentar. Ele classificou o momento como um "capítulo triste na história do Brasil" e argumentou que o país estaria, agora, em uma "ditadura".

O senador também argumentou que Moraes deveria ter se declarado impedido de julgar o ex-presidente por ser um "inimigo público" de Bolsonaro. "É uma covardia que ele faz com um ex-presidente da República que nunca se negou a cumprir suas decisões judiciais, compareceu a todas as dezenas de processos contra ele, basicamente (tocados) pelo Alexandre de Moraes. Ele jamais poderia estar julgando o presidente Jair Bolsonaro, porque ele claramente é um inimigo público do presidente Bolsonaro".

Flávio Bolsonaro cobrou ainda o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para dar andamento a um pedido de impeachment de Moraes. O Senado é a Casa responsável por decidir sobre o afastamento de integrantes da Suprema Corte. "Ele (Moraes) acabou com as prerrogativas parlamentares. Meu presidente Davi Alcolumbre, o que o senhor vai fazer em relação a isso?", questionou.

Já o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que segue nos Estados Unidos, disse ter recebido a notícia com tristeza, mas "sem surpresa". "Desde que traçamos nossos planos para a restauração das liberdades no Brasil, sempre tivemos uma certeza: Alexandre de Moraes é um psicopata descontrolado que jamais hesitaria em dobrar a aposta", afirmou o parlamentar, em nota. "Essas ações só nos fortalecem. Alexandre de Moraes é agora um violador de direitos humanos oficialmente sancionado, e nós permaneceremos inabaláveis", acrescentou.

Retaliação ao ministro

Na semana passada, Moraes foi incluído pelo governo Donald Trump na lista de pessoas sancionadas pela Lei Magnitsky. A punição foi aplicada ao ministro pela condução da ação penal contra Bolsonaro. Moraes está impedido de entrar nos Estados Unidos, proibido de ter bens e contas em bancos americanos, realizar transferências internacionais e possuir cartões de crédito emitidos por bandeiras estrangeiras, como Visa e Mastercard.

A notícia também reverberou no Congresso. Aliados do ex-presidente rapidamente inundaram as redes sociais com mensagens de apoio ao político e de ataques a Moraes. O líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS), disse que o magistrado não teria mais "legitimidade moral ou jurisdicional" para decidir sobre o futuro de qualquer cidadão por ter sido sancionado pelos Estados Unidos. Também pediu que o Senado dê andamento a um eventual impeachment de Moraes. "É urgente a abertura imediata de um processo", enfatizou.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL), foi na mesma linha. "Não aceitaremos mais esse Estado de exceção. Conclamamos todos os senadores da República a honrar seus mandatos", afirmou.

"Ninguém acima da lei"

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a prisão domiciliar demonstra que, no Brasil, "ninguém está acima da lei". Para o parlamentar, o devido processo legal foi respeitado. "Atacar o Estado Democrático de Direito e desrespeitar nossas instituições é atentar contra os próprios direitos do povo brasileiro", pontuou.

A ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, rebateu as acusações de bolsonaristas de que foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quem buscou o enfrentamento com o governo dos Estados Unidos. "Quem provocou as sanções de Trump foi a família Bolsonaro, numa traição ao Brasil e ao nosso povo", afirmou, referindo-se ao lobby do deputado Eduardo Bolsonaro nos EUA.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), foi na mesma linha. "Um ex-presidente que conspira com potências estrangeiras para enfraquecer seu próprio país não está apenas afrontando a Justiça, mas traindo os fundamentos constitucionais da República. A prisão domiciliar é um freio necessário até o julgamento final, que tende à sua condenação definitiva e ao início da execução da pena", destacou o petista em seu perfil no X.

No Senado, o líder do PT na Casa, Rogério Carvalho (SE), ressaltou que a Justiça "está sendo feita". Classificou a prisão domiciliar de Bolsonaro de um "marco histórico". "O Brasil está dizendo, em alto e bom som: quem atenta contra a democracia vai responder por isso. Não há anistia para golpistas. Não há blindagem para quem tramou contra a Constituição, conspirou nos porões do poder e tentou usurpar a vontade soberana do povo brasileiro", escreveu em suas redes sociais.

> **É uma covardia que ele faz com um ex-presidente da República que nunca se negou a cumprir suas decisões judiciais. Ele (Moraes) jamais poderia estar julgando o presidente Jair Bolsonaro, porque ele claramente é um inimigo público do presidente Bolsonaro"**
>
> ***Flávio Bolsonaro (PL-RJ)***, *senador*

> **Um ex-presidente que conspira com potências estrangeiras para enfraquecer seu próprio país não está apenas afrontando a Justiça, mas traindo os fundamentos constitucionais da República. A prisão domiciliar é um freio necessário até o julgamento final"**
>
> ***Lindbergh Farias (RJ)***, *líder do PT na Câmara*

Deu no

WSJ

O jornal dos EUA noticiou que o "Supremo Tribunal Federal do Brasil ordena prisão domiciliar de ex-presidente Bolsonaro por desacato a ordem judicial". Também conforme a publicação, a Corte "acusou o líder de direita de violar uma proibição de uso de redes sociais".

The New York Times

O também jornal americano destacou que o "Supremo Tribunal Federal do Brasil impõe prisão domiciliar a Bolsonaro". O diário ressaltou que "o ex-presidente Jair Bolsonaro, cujo caso motivou em parte as tarifas impostas pelo presidente Trump ao Brasil, foi condenado a permanecer em prisão domiciliar enquanto aguarda o julgamento".

The Washington Post

O diário norte-americano disse que "Jair Bolsonaro é condenado à prisão domiciliar enquanto juiz intensifica processo". E acrescentou: "A decisão ressaltou os limites do poder do presidente Donald Trump de submeter o juiz brasileiro à sua vontade".

The Guardian

O jornal inglês frisou que "juiz do Supremo Tribunal Federal do Brasil ordena prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro". Ressaltou que "Bolsonaro é acusado de violar proibição imposta em meio a temores de que ele possa fugir para evitar punição por suposta tentativa de golpe".

LA NACION

A publicação argentina citou que "o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro". "O juiz Alexandre de Moraes decidiu que Bolsonaro utilizou redes sociais de terceiros para promover uma passeata em seu favor; o tribunal investiga se ele financiou uma campanha nos Estados Unidos contra autoridades brasileiras."

Clarín

O também jornal argentino publicou que "o tribunal brasileiro ordenou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro". "Isso por desrespeitar as restrições impostas no caso da suposta conspiração golpista contra Lula da Silva", destacou.

EL PAÍS

No jornal espanhol anunciou que "o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro". "O ex-presidente está sendo julgado por suposta conspiração para cometer um golpe de Estado", frisou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Prisão domiciliar de Bolsonaro agrava confronto com STF e tensão com Trump

A decisão do ministro Alexandre de Moraes de impor prisão domiciliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro representa um novo patamar na espiral ascendente do embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a extrema-direita brasileira. Com justificativas firmadas na reiteração de condutas ilegais e no uso de terceiros — inclusive os filhos parlamentares, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL) — para driblar proibições judiciais, Moraes tomou medidas que já estavam previstas nas leis.

Entretanto, ao impor limites à mobilização de apoio ao ex-presidente, adiciona combustível à disputa diplomática com os Estados Unidos, sob a presidência de Donald Trump, uma variável externa que ninguém controla. Não é um episódio judicial isolado. A prisão domiciliar de um ex-presidente da República, combinada com o uso obrigatório de tornozeleira eletrônica, bloqueio de comunicações e restrição de visitas, representa uma medida extrema, ainda que justificada pelo descumprimento de ordens judiciais, como a proibição de uso de redes sociais — burlada por meio da atuação ativa de seus filhos e aliados, que difundem mensagens com teor golpista e ataques abertos ao STF.

Ao mesmo tempo, o endurecimento das medidas contra o senador Marcos do Val — também sob investigação por tentativa de obstrução institucional e divulgação de dados sigilosos — leva a questão para o Senado. Determinado a enfrentar, com todo o rigor, as figuras públicas que representam ameaça à estabilidade democrática, o ministro Alexandre Moraes estará sob fogo cerrado da oposição no Congresso, que contesta as medidas adotadas contra o senador: tornozeleira, recolhimento domiciliar, bloqueio de bens, suspensão de verbas públicas e até o cancelamento do passaporte diplomático do parlamentar.

Não existe vácuo político nesta crise, que ocorre num momento de alta tensão entre o Brasil e os Estados Unidos. O presidente Donald Trump escolheu o STF como inimigo externo e assumiu publicamente a defesa de Bolsonaro, acusando o Judiciário brasileiro de perseguição política. Vinculou sua retórica a medidas concretas de retaliação econômica, como o tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, imposto sob o pretexto de "ameaça à segurança nacional". Na verdade, trata-se de uma tentativa sem subterfúgios de pressionar a Justiça brasileira para inocentar o seu aliado investigado.

Existe uma empatia forte entre Trump e Bolsonaro, que alinhou a política externa brasileira aos interesses de Trump e de outros líderes de extrema-direita, como Benjamin Netanyahu, de Israel, e Victor Orban, da Hungria, quando era presidente da República. Agora, porém, essa simbiose entre o bolsonarismo e o trumpismo se torna mais pessoal porque Trump, que não foi julgado pela invasão do Capitólio, sede do Congresso dos Estados Unidos, para impedir a proclamação da eleição de Joe Biden, não quer que a condenação de Bolsonaro, responsabilizado pela tentativa de golpe de 2023, sirva de exemplo de como as democracias devem funcionar em relação aos golpistas.

Interferência externa

Estamos diante de um efetivo problema de soberania, por definição, o poder supremo e independente de um Estado sobre seu território e população, livre de qualquer interferência externa. A ingerência norte-americana nas decisões internas do Brasil, ainda que sob o manto de políticas comerciais, representa um ataque inaceitável à independência dos Poderes, em especial ao Judiciário. O próprio Alexandre de Moraes já afirmou que o STF não se vergará a ameaças estrangeiras. Essa posição é contestada pela oposição, com a narrativa de que Bolsonaro é vítima de perseguição e que o devido processo legal não é respeitado, o que corrobora a argumentação de Trump ao adotar o tarifaço como instrumento de intervenção política.

Estamos na antessala de uma crise institucional grave. O governo Lula precisa defender a legalidade e o Estado Democrático de Direito, reforçando a autonomia do STF. De outro, deve evitar que a crise diplomática e comercial se desdobre em isolamento internacional ou em colapso das relações econômicas com um dos principais parceiros comerciais do país. A estratégia de contenção vem sendo negociar tecnicamente com os EUA as relações comerciais, evitar retaliações precipitadas e blindar o Judiciário da contaminação diplomática, mas o estresse aumenta, na medida em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não abre nem poderia abrir mão de enfrentar a Casa Branca.

Sejamos realistas: o tempo joga contra o Brasil. Trump não dá sinais de recuo e o julgamento dos envolvidos no 8 de janeiro avança, agora com Bolsonaro em regime de prisão domiciliar, que seria a pena mais branda que poderia cumprir. No Congresso, o efeito imediato da prisão domiciliar de Bolsonaro foi a intensificação das pressões contra Alexandre de Moraes. Liderado por Esperidião Amin (PP-SC), um grupo de senadores ameaça apresentar um pedido de impeachment contra o ministro, com 35 assinaturas já confirmadas. Se alcançarem os 41 nomes necessários e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), aceitar colocar o pedido em pauta, o país pode mergulhar numa crise institucional: o afastamento de um ministro do STF seria inédito e disruptivo, com repercussões imprevisíveis para o equilíbrio dos Poderes.